ISSN 1984-5634

ARTIGO

"Tecendo Nexos": entre condições instituídas e instituintes na criação da escola de São Francisco, em 1955, no Sul de Mato Grosso

"Weaving links": between instituted and instituting conditions in the creation São Francisco School, in 1955, in the South of Mato Grosso

Vanessa Zanquini Janczeski[1]
Giovani Ferreira Bezerra[2]

Resumo

Apresenta-se uma história da criação da Escola de São Francisco na década de 1950, na cidade de Itaporã, situada na atual microrregião de Dourados, localidade que, até 1977, correspondia ao Sul de Mato Grosso, hoje estado de Mato Grosso do Sul. A Escola de São Francisco, inicialmente, foi instituída e conduzida pelos frades franciscanos. Buscou-se respaldo historiográfico em Justino Magalhães. As fontes históricas foram: uma fonte oral, livros de memorialistas, Livro Tombo da Paróquia de São José de Itaporã, autores que se dedicaram à historiografia educacional e ou regional do sul de Mato Grosso, além de legislações. Conclui-se que os padres franciscanos tiveram relação direta com o início do ensino primário rural em Itaporã, buscando fundamentar a instituição escolar em seus primeiros anos de existência, fortalecendo a presença da Igreja Católica na localidade.

Palavras-chave: História das Instituições escolares; Ensino primário rural; Franciscanos.

Abstract

It presents a history of the creation of the Escola de São Francisco in the 1950s, in the city of Itaporã, located in the current micro-region of Dourados, a location that, until 1977, corresponded to the south of Mato Grosso, today the state of Mato Grosso do Sul. The School of São Francisco was initially instituted and led by the Franciscan friars. Historiographic support was sought in Justino Magalhães. The historical sources were: an oral source, books by memorialists, Tombo Book of the Parish of São José de Itaporã, authors who dedicated themselves to educational and/or regional historiography in the south of Mato Grosso, in addition to legislation. It is concluded that the Franciscan priests had a direct relationship with the beginning of rural primary education in Itaporã, seeking to base the school institution in its first years of existence, strengthening the presence of the Catholic Church in the locality.

Keywords: History of School Institutions; Rural primary education; Franciscans.

Editor-chefe:
Andrei Marcelo da Rosa
Editore-gerente:
Rame Ferreira

Submetido: 02/07/2023
Aceito: 09/08/2023

Como citar:
JANCZESKI, V. Z.; BEZERRA, G. F. "Tecendo Nexos": entre condições instituídas e instituintes na criação da escola de São Francisco, em 1955, no Sul de Mato Grosso. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 446-462, ago-dez. 2025.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pedagoga pela Universidade Luterana do Brasil. Professora dos anos iniciais do ensino fundamental na Prefeitura Municipal de Dourados, MS- SEMED: Dourados, Mato Grosso do Sul, BR. ORCID iD: 0009-0002-5774-6535. E-mail: vanessazanq@hotmail.com

[2] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em Educação e Pedagogo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade universitária de Paranaíba. Professor associado da UFGD, na Faculdade de Educação (FAED). ORCID iD: 0000-0002-4710-3897. E-mail: gfbezerra@gmail.com

Introdução

Este artigo, resultante de uma dissertação de mestrado (Janczeski, 2023), objetiva contribuir para a escrita da História da Educação do antigo Sul de Mato Grosso (MT), atual estado de Mato Grosso do Sul (MS),[3] a fim ampliar o conhecimento historiográfico sobre a temática nesse espaço-tempo. Dessa forma, buscou-se apresentar uma abordagem acerca da história da criação da Escola de São Francisco na década de 1950, situada, mais precisamente, na atual microrregião de Dourados,[4] localidade que, até 1977, correspondia ao então Sul de Mato Grosso. A Escola de São Francisco,[5] inicialmente, foi instituída e conduzida pelos frades franciscanos (1955-1963) e por irmãs catequistas franciscanas (1964 a 1983). A princípio, particular e eminentemente religiosa, tornou-se instituição escolar municipal (1974-1981) e, por fim, instituição escolar estadual (1981-2003), quando foi desativada. Por isso, é imprescindível elucidar como se iniciou e se desenrolou a construção da educação escolar nessa região, haja vista as transformações ocorridas e os diferentes nexos estabelecidos entre as condições instituídas e instituintes que possibilitaram a emergência dessa escola, caracterizada como rural e mista, na localidade.

Entende-se que, pela historiografia das instituições escolares, é possível refletir sobre as visões de mundo de cada época, mediante a compreensão e a interpretação do processo educacional de uma determinada sociedade, em suas transformações, representações, perspectivas e, também, em seus dissabores. Segundo Magalhães (2004):

> historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os "compromissos" sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e social de contexto (Magalhães, 2004, p. 58).

O recorte temporal, embora retroceda a circunstâncias anteriores, privilegia a década de 1950, considerando que a escola foi fundada em 1955 pelos franciscanos e esteve sob seu comando nos primeiros anos de existência. Para analisar a instituição escolar, buscaram-se respostas para o problema central da pesquisa, a saber: como se deu o processo de criação da Escola de São Francisco, tendo em vista os múltiplos nexos que possibilitaram sua institucionalização local? Sendo assim, este artigo não contempla todas as fases dessa escola, mas centra-se nos seus antecentes e em sua implementação, tecendo nexos a esse respeito, algo fundamental para se compreender os desdobramentos identitários dessa instituição e para se pensar a escrita da história de instituições similares.

Abordagem historiográfica

Mediante o exposto, para o desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa, buscou-se respaldo, sobretudo, na perspectiva de Magalhães (2004), cuja proposta incide sobre a construção da identidade histórica de uma dada instituição em suas múltiplas dimensões e nexos, ou seja, discute sua dinâmica socioinstitucional. Ainda de acordo com Magalhães (2004), uma instituição não é somente um espaço físico ou um sistema, mas, sim, um conjunto de ideias, relações sociais, normas, representações e apropriações, de modo que historiar uma instituição educativa é

[3] Utiliza-se, neste artigo, a denominação Sul de Mato Grosso referindo-se ao atual estado de Mato Grosso do Sul, devido ao fato de o recorte temporal aqui adotado abranger o período anterior à divisão territorial do antigo estado de Mato Grosso, que aconteceu em 11 de outubro de 1977, oficializada pela Lei Complementar nº 31 e sancionada pelo então presidente da República Ernesto Geisel (Brasil, 1977). A partir do ano de 1977, surgiu a unidade federativa de Mato Grosso do Sul.

[4] A microrregião de Dourados-MS está localizada na região Centro-Oeste do Brasil. É composta por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Vicentina (Janczeski, 2023).

[5] No primeiro momento, a escola foi chamada de Escola de São Francisco e, a partir de 1974, passou a ser oficialmente denominada Escola Francisco de Assis.

compreender seus processos de desenvolvimento nas e pelas relações sociais com os sujeitos envolvidos. A educação é construção e reconstrução, permanência, (trans)formação e mudanças, e a historiografia das instituições educacionais é a base para o entendimento desse processo histórico.

O autor explica que o(a) historiador(a), nas pesquisas sobre instituições escolares, deve voltar seu olhar para as relações com a sociedade, os papéis sociais dos atores envolvidos, as influências e determinações mais amplas, sem deixar de lado as singularidades e as relações institucionais internas. Dessa forma, atenta-se a todo o movimento da história, considerando, além da instituição escolar, o local e a região geográfica onde a mesma se encontra, como o município. Afinal, contextualizando sempre com o global, "a história dos municípios na educação assinala tensão, intermitências e continuidades" (Magalhães, 2019, p. 19). Ainda segundo o autor, tratar sobre a história dos municípios possui relevância histórica e pedagógica, pois os municípios são locais educativos. Assim, entende-se que, para historiar uma instituição escolar, é importante implicá-la, também, no processo de evolução da comunidade/região, nos variados contextos; abranger o todo sem perder suas particularidades (Magalhães, 2004).

Magalhães (2004) ressalta que o processo educacional histórico é composto por uma dimensão micro, macro e meso, onde o micro são as particularidades que envolvem a instituição escolar, como a sala de aula por exemplo, as práticas pedagógicas, os sujeitos desse ambiente. A dimensão macro envolve todo o arcabouço institucional, o sistema de ensino, as políticas educacionais. Já a mesoabordagem é a análise que se depreende dos nexos estabelecidos entre as abordagens macro e micro, e envolve o interno e o externo, são as relações dentro e fora dos muros da escola, indicando, pois, a necessidade de abranger todo o contexto de uma instituição escolar e sua cultura. Nessa perspectiva,

> Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. [...]. A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro-histórico, por uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceitualização espaciotemporal: o nacional/universal, o regional, o local. É nesse redimensionamento que as abordagens de tipo meso permitem representar com rigor e atualidade a instituição educativa como totalidade, em permanente relação e desenvolvimento (Magalhães, 2004, p. 133-134).

Estudar uma instituição escolar, portanto, é compreendê-la desde sua origem, na organização do seu funcionamento e nas múltiplas inter-relações que estabelece com a realidade circundante, "definindo-lhe um quadro espaciotemporal, reconhecendo-lhe uma ação sociocultural, material, simbólica, organizacional, antropológica, descobrindo-lhe, pois, um sentido" (Magalhães, 2004, p. 169). Isso oportuniza ao(à) historiador(a) uma reconstrução do processo histórico, mediante a compreensão das práticas que compõem a identidade histórica, as representações simbólicas institucionais em seu contexto e as circunstâncias que permearam a sua existência na multimensionalidade (Magalhães, 2004). Também Le Goff (1990) é suporte teórico deste texto, pois fundamenta a importância do questionamento das fontes, as quais são o caminho que sustenta uma pesquisa histórica. Os documentos são considerados monumentos (Le Goff, 1990). Isso porque, na produção de um documento, existe uma sociedade, uma intenção, um objetivo. Sendo os documentos frutos de intenções de uma sociedade que os fabricou, eles devem ser vistos numa perspectiva monumental, levando os pesquisadores a alargarem suas investigações e questionamentos acerca das fontes históricas e das relações de forças à luz das quais foram produzidas.

Frente às posições de Le Goff (1990), parte-se da ideia de documento/monumento para a operação de crítica documental, de modo a se perceber as questões que circundam um documento, como as subjetividades, relações de interesses sociais e políticos, as práticas culturais, as intenções e representações de quem os elabora. Seguindo tal perspectiva de Le Goff (1990), na Paróquia de São José de Itaporã-MS, localizou-se o Livro Tombo, no qual se foram encontradas informações

sobre a chegada e a vivência dos religiosos na região do Bairro São Francisco, local onde foi instalada a escola. Além das fontes citadas, recorreu-se a alguns livros escritos por memorialistas, utilizados, aqui, como fonte e cotejados com outras, como é o caso do livro *A missão franciscana do Mato Grosso*, de Knob (1988), que é da mesma ordem dos franciscanos, Ordem dos Frades Menores O.F.M;[6] o livro *Paróquia São José de Itaporã-MS*, de Freire *et al* (2006); e o livro *História, Fatos e Fatos e Coisas Douradenses*, de Capilé Júnior, Capilé e Souza (1995). Uma fonte oral também subsidiou o estudo.

Considerando que a memória também é uma fonte, foi possível selecionar e contatar um membro da comunidade que presenciou o funcionamento inicial da instituição escolar e que ainda residia, à época da elaboração da dissertação da qual se originou este artigo (em 2022), na mesma localidade em que a escola se encontrava, o Sr. Sebastião Rebeque.[7] Nascido no ano de 1946, após uma conversa/convite, aceitou conceder uma entrevista. Também foi enviado um convite para uma antiga moradora da mesma localidade da escola, porém, ela se recusou a participar da pesquisa. Autores que se dedicaram à historiografia educacional e ou regional do sul de Mato Grosso também foram consultados como fontes nesta pesquisa, além de legislações correlatas. Vale ressaltar que, para a dissertação citada, diversos outros documentos e mais fontes orais foram compilados e problematizados para evidenciar outros momentos do ciclo de vida da escola, não sendo possível, neste artigo, apresentá-los, dado o objetivo ora delineado.

Entre o instituído e as condições instituintes: antecedentes histórico-geográficos da Escola de São Francisco

Para compreender a implementação da Escola de São Francisco, ocorrida em 1955, é preciso entender a realidade histórica que a antecedeu e ou lhe foi contemporânea, seguindo as orientações de Magalhães (2004). Assim, é necessário explicar como eram as condições histórico-geográficas em Dourados, pois desse município surgiria Itaporã, cidade onde, por sua vez, a escola foi construída. Para tanto, é mister situar a região nas condições nacionais instauradas desde a década de 1930.

No ano de 1935, o governador Mário Corrêa da Costa elevou Dourados,[8] até então distrito de Ponta Porã, à categoria de município, por meio do Decreto Estadual nº 30 de 20 de dezembro (Amaral, 2005). Com a propaganda disseminada pelo presidente Getúlio Vargas, especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), na conhecida "Marcha para o Oeste", grupos de famílias de vários estados, como São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste vieram em busca de terras e aí se fixaram nesse período (Queiroz, 2015; Trubiliano, 2014). Naglis (2008) contribui com as afirmações sobre a Marcha para o Oeste:

> Em meio ao autoritarismo do Estado Novo surge a política desenvolvimentista, denominada "Marcha para o Oeste", que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país, e promover a integração dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante ressaltar que a Marcha para o Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, através da expansão agrícola e da colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras (Naglis, 2008, p. 27).

---

[6] "A Ordem dos Frades Menores, fundada por São Francisco de Assis, é uma fraternidade. No cumprimento mais completo de sua consagração batismal e em resposta ao chamado divino, os frades se entregam totalmente a Deus, seu amor supremo; pela profissão de obediência, pobreza e castidade, que devem viver no espírito de São Francisco" (Ordem..., s.d., *on-line*).

[7] A pesquisa foi conduzida de acordo com os protocolos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), n. CAEE: 55695121.2.0000.5160 e parecer n. 5.388.695. Os nomes dos participantes, segundo o protocolo da pesquisa e aceite destes, quando foi o caso, *não* são fictícios.

[8] Sobre a constituição histórica do município de Dourados, pode-se conferir Betoni (2002). O documento está disponível no Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR - FCH/UFGD).

Dessa forma, as estratégias e propagandas do Governo Federal movimentaram as pessoas do país, fazendo com que se iniciasse um processo de migrações em busca de uma vida melhor, farturas e terras para serem exploradas. Nesse cenário, com o Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas incentivou a criação de Colônias Agrícolas Nacionais (CANs), desejando a ocupação dos supostos "espaços vazios" do país e incentivando a produção agrária. Para o governante, o estímulo ao produtor era a solução do problema que causava o desequilíbrio entre o ruralismo e o urbanismo. Dessa forma, investia em concessão de terras para atrair os colonos (Gomes, 1999). Dentre as colônias criadas, uma delas foi justamente a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma área de não menos de 300.000 (trezentos mil) hectares, onde atualmente é o município de Dourados, o que aconteceu por meio do Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943 (Brasil, 1943).

Ressalta-se que a criação da CAND foi uma estratégia de colonização não só do presidente Getúlio Vargas, mas também de outros governos, sendo que a Colônia foi idealizada no Estado Novo, mas concretizada a implantação já no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e posteriormente também foi projeto dos governos de Getúlio Vargas novamente (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961) (Naglis, 2014). Nas palavras da autora:

> É importante elucidar a história da CAND e o contexto histórico e político no qual estava inserida, pois comumente é entendido que se tratava somente de um projeto do Estado Novo, uma criação de Getúlio Vargas. Na verdade, a CAND foi um projeto de colonização que perpassou governos de diversos presidentes brasileiros. Poucos autores destacam esse contexto administrativo e político (Naglis, 2014, p. 37-38).

A partir dessa ideia de colonização da região nasceu, também, Itaporã, tendo sido, inicialmente, uma Colônia Municipal de Dourados (CMD). Para uma melhor compreensão dos acontecimentos, explicitam-se algumas informações sobre a criação da cidade de Itaporã. Esta começou a ser formada quando o então presidente do Estado de Mato Grosso, na década de 1920, Pedro Celestino Corrêa da Costa, destinou, para fins de colonização, uma área de 50.000 hectares. Essa área estava compreendida entre os rios Brilhante e Panambi (Oliveira, 2017), no então município de Ponta Porã, do qual, surgiu Dourados, em 1935. A área de colonização da CMD correspondia, por sua vez, a apenas a 1/6 da área total do que viria a ser Itaporã (Carli, 2008). Segundo Carli,

> Essa Colônia foi implantada em uma área que havia sido reservada para colonização em 1923, através do Decreto nº 616, do então Presidente da Província, Pedro Celestino Corrêa da Costa, área essa localizada entre os rios Brilhante e Panambi. *Outras áreas passaram pelos mesmos processos de reserva, era uma prática comum dos governos do antigo Mato Grosso* [...]. Nessa área reservada pelo Estado – e depois de várias discussões feitas pela Câmara Municipal de Dourados, sugestões e solicitações feitas por meio de jornais do município e da região, sendo os autores dessas matérias publicadas, tanto os próprios jornais, quanto os colonos que se encontravam já precariamente instalados na área desde 1926 – é que se deu início ao processo de implantação da CMD pelo Município de Dourados, a partir de outubro de 1946. O ato que a regulamentou foi a Lei nº 70, quando a região ainda fazia parte do Território Federal de Ponta Porã. Essa lei não foi a única, outras foram criadas para dar conta do processo, como a Lei n° 9, de 1948, que passa a regular a questão após a extinção do Território de Ponta Porã, e a Lei n° 2, de 1951, surgida no sentido de suprir as necessidades advindas do processo e as contradições das leis anteriores. A CMD foi implantada pelo município de Dourados, no final do Estado Novo, no território que atualmente correspondente a uma parte do município de Itaporã (Carli, 2005, p. 18, grifos nossos).

Com essa área, o então prefeito do município de Dourados, João Augusto Capilé, deu início a um projeto de colonização da região. O governante distribuiu os primeiros lotes no novo povoado e deu início, assim, à formação da CMD, criada no dia 10 de setembro do ano de 1946, numa área de 50.000 hectares. Como citam Freire *et al* (2006, p. 9), "Em 10 de setembro daquele ano [1946], o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé, instalou, o patrimônio São José da Boa Esperança". Nesse povoado, habitavam aproximadamente 300 pessoas, já instaladas em seus lotes, que foram pertencentes ao município de Dourados até o ano de 1953 (Capilé Júnior; Capilé;

Souza, 1995). Diversos colonos chegaram ao povoado advindos de vários estados do país – Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia –, sendo alguns até descendentes de estrangeiros. Ademais o lugar já contava com a presença dos índios e de paraguaios. Diante dessa diversidade cultural, ocorreu o processo de colonização do lugar (Carli, 2008).

Os migrantes chegavam com a família com a expectativa de serem donos de um pedaço de terra. A população da CMD aumentava cada vez mais e, por meio de movimentos políticos e sociais, ocorreu a criação do município de Itaporã. Em 1953, pela Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei nº 370, de 31 de junho de 1954, a Colônia foi elevada a município (Carli, 2008), já com o nome de Itaporã. Portanto, em 1955, quando a Escola rural de São Francisco foi implementada, Itaporã já era um município autônomo em relação a Dourados.

A população da região foi sendo formada a partir da ideia de solo fértil, de forma que "o processo de migração rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias regiões de Mato Grosso" (Rodelini; Furtado, 2021, p. 3). A vinda dos migrantes para a região, que acarretou o crescimento populacional do município de Itaporã, incitou também a necessidade de escolas para as crianças que ali residiam. Rodelini (2015) explica que padres franciscanos, vindos da Província de Santa Isabel, da Turíngia,[9] por causas políticas e/ou religiosas, chegaram à região de Dourados com a missão de colaborar com a criação de escolas, catequeses e com a organização dos internatos femininos.

No ano de 1950, alguns desses padres franciscanos, já estabelecidos em Dourados, receberam, na Colônia Municipal, que mais tarde se tornaria o município de Itaporã, um lote de 40 hectares, o qual foi denominado de Chácara São Francisco, também conhecido, à época, como Lote dos Padres. Posteriormente, no dia 17 de setembro de 1954, os padres franciscanos fundaram, na Chácara São Francisco, a Capela São Francisco das Chagas, onde foram dadas as primeiras aulas para os alunos da região. A Escola de São Francisco nascia, portanto, nessas condições instituídas e instituintes, como uma das primeiras escolas a oportunizar a escolarização na região rural da recém-criada Itaporã, na confluência de questões locais, nacionais e transnacionais.

Presença franciscana no Sul de Mato Grosso: contingências históricas

Devido às perseguições do nazismo,[10] os superiores franciscanos da Província de Santa Isabel, da Turíngia, no intuito de evitar que a Província fosse extinta, pois não tinham perspectiva de futuro em seu território, decidiram dispersar seus membros por diversos países. Pereira (2006) explica ainda que a Província Franciscana passava por dificuldades financeiras, e os missionários eram muitos, sendo isto um problema, pois o governo nazista (1933-1945) não autorizava novas construções religiosas na nação e as perseguições eram constantes. Assim, os missionários se viram obrigados a procurar um novo campo de trabalho, a fim de continuarem representando a Ordem Franciscana. Esses religiosos se deslocaram de sua nação, da Província de Santa Isabel, para o Brasil, tendo como justificava a perseguição nazista.

A partir de então eles passaram a ser vistos como indivíduos de diásporas por causa do exílio que foram forçados a buscar e também por terem se dispersado pelo mundo. Como se pode depreender pelas palavras de Marin:

> As perseguições, em virtude da ascensão e consolidação do nazismo na Alemanha, trouxeram inúmeros desafios aos Franciscanos. Para evitar a extinção da Província e preservar a integridade física dos freis, os Superiores optaram, embora não o desejassem, pela dispersão, em diferentes

[9] Estado da região central da Alemanha.

[10] O Nazismo esteve no poder de 1933 a 1945 como movimento político dominante na Alemanha, liderado por Adolf Hitler, tendo ganhado força durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Segundo Kern (2012, p. 25), "além de fomentar os ideais de restabelecimento econômico e social da Alemanha, que foram prejudicados após a Primeira Guerra Mundial, o nazismo instigou o antissemitismo, a superioridade ariana, o pangermanismo, o anticomunismo, entre outros aspectos que fizeram surgir na sociedade alemã uma atmosfera de luta pela raça e pelo país ariano".

> países, da maioria dos seus membros. *O Mato Grosso, onde se estabeleceram a partir de 1938, tornou-se um desses "lugares de refúgio"* (Marin, 2011, p. 335, grifos nossos).

O episcopado mato-grossense almejava criar uma Igreja homogênea, centralizada, e via nos franciscanos o meio de tornar a instituição católica presente na vida das famílias. Considerava a Ordem Franciscana capaz de lidar com o cenário religioso, onde "os indígenas e negros, em conformidade à norma majoritária dominante, deveria[m] renunciar às suas pertenças étnico-raciais [...]" (Marin, 2012, p. 216). Além disso, viam nos frades a confiança de seguir o celibato sacerdotal sem desviar da doutrina católica e pretendiam usufruir de recursos vindos do exterior. Os franciscanos representavam segurança religiosa, econômica e social, além de uma avançada preparação intelectual, o que colaboraria com a disseminação do catolicismo e o "avanço da civilização".

Nessa época, o território mato-grossense era pouco povoado e não muito conhecido, e para os religiosos franciscanos era denominado como "terra de missão". Ao mesmo tempo, o estado de Mato Grosso também significou, para os religiosos, lugares de refúgio, pois se viram destinados a viver na região como missionários e assumirem o compromisso de divulgar uma religiosidade centralizada na Igreja Católica (Marin, 2012). "Nesse sentido, a utilidade religiosa, social e econômica dos missionários imigrantes eram numerosas, sobretudo para acelerar a promoção da europeização do catolicismo e do processo civilizatório" (Marin, 2011, p. 336). Vindos da Turíngia, os religiosos, de início, foram abrigados pelos franciscanos da Província Imaculada Conceição de São Paulo e da Província São Francisco de Assis, do Rio Grande do Sul (RS). Conforme Vitor Oliveira (2007), em terras brasileiras, os franciscanos estabeleceram-se em São Paulo e mais tarde foram para conventos com o intuito de aprender a língua portuguesa e se prepararem para iniciar suas missões em terras mato-grossenses.

Frei Eucário Schmitt foi nomeado primeiro comissário. Ele mantinha contato com os superiores da Alemanha, mas, devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esses contatos ficaram impossibilitados. Assim, Schmitt ficou responsável pelas decisões sobre os assuntos da missão franciscana. Esse acontecimento ocorreu no ano de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Brasil ofereceu o Estado de Mato Grosso para que eles pudessem se refugiar e também exercer sua missão institucional: evangelizar por meio de catequeses. Valdez (2017) ressalta que em 25 de janeiro de 1938, os franciscanos Wolfram Passmann, Francisco Brugger e Antonino Schwenger saíram de São Paulo com destino ao Mato Grosso. A viagem foi de trem movido a lenha e somente após dois dias chegaram a Campo Grande, atualmente capital de Mato Grosso do Sul. Os frades foram recebidos por Dom Vicente B. M. Priante e se hospedaram no Colégio Dom Bosco, dos Padres salesianos.

Ainda no ano de 1938, no dia 04 de fevereiro, os frades se deslocaram para Entre Rios, atualmente município de Rio Brilhante-MS, onde após dois dias foi realizada a solenidade de empossamento, ministrada pelo Bispo de Corumbá, D. Vicente. Essa solenidade designou frei Antonino Schwenger a ser o primeiro pároco residente em Entre Rios e responsável pela direção da paróquia Divino Espírito Santo (Valdez, 2017). Os franciscanos Eucário Schmitt, Antonino Schwenger, José Passmam e Francisco Brugger vieram para o estado do Mato Grosso sem conhecer a região, tendo sido em Entre Rios a primeira paróquia e também a primeira residência que esses franciscanos da Turíngia assumiram no território mato-grossense. Isso aconteceu no dia 06 de fevereiro de 1938, sob a liderança do frei Antonino Schwenger (Knob, 1988).

Frei Eucário Schmitt, o superior da missão, em uma carta enviada aos seus confrades em 1939, explica que a missão no estado de Mato Grosso era um plano enviado pela Providência Divina e que deveriam atender a confiança que Deus e o padre provincial imputaram a eles. A missão deveria catequizar os índios e as pessoas residentes em todos os lugarejos. Logo, os missionários acreditavam ser aquele um bom campo para realizar seus trabalhos e, em busca de seus objetivos, procuraram civilizar, disciplinar e cristianizar a população local, percorrendo lugares mesmo com muita dificuldade de acesso (Knob, 1988).

Vale esclarecer que foram os bispos da cidade de Corumbá e o arcebispo da capital Cuiabá que realizaram a divisão para os missionários atuarem em Mato Grosso. Os problemas existentes não eram poucos: as paróquias abandonadas pelas ordens e congregações religiosas; as grandes distâncias que dispersavam os congregados no território mato-grossense e impossibilitavam a comunicação entre eles; a baixa remuneração financeira, dificultando os trabalhos a serem realizados; a escassez de casas paroquiais e, quando estas existiam, eram precárias, sem nenhum suporte para realização das cerimônias religiosas, pois não possuíam renda suficiente. Assim, as celebrações ocorriam até debaixo de árvores, os missionários realizavam longas viagens a cavalo, andando por lugares desconhecidos e inóspitos (Marin, 2011).

Os religiosos refugiados em Mato Grosso, mesmo impressionados com a beleza da natureza brasileira e da multiplicidade étnica, também se assustavam, na sua concepção, com a pobreza, com os perigos e com a improdutividade. Os imigrantes religiosos tinham Mato Grosso como "terra de ninguém" pelo fato de o povoamento ser escasso no estado (Marin, 2011). Marin (2011) explica que a presença da Igreja Católica em Mato Grosso era fluida; dessa forma, era visto como um lugar desorganizado, desprovido de uma liderança religiosa, considerado um território vazio, um território do desconhecido. Porém, não se tratava de um território vazio, pois, muito antes da chegada dos primeiros colonizadores e ou missionários, era habitado por diversos povos indígenas, conforme explica Moreira (2012, p. 3): "os 'espaços vazios' que não eram vazios na realidade, foram sendo tomados e invadidos, por colonizadores não índios".

Os frades missionários assumiram o compromisso de evangelizar o povo e a missão cresceu com o aumento da quantidade de confrades, tendo sido criado, em 15 de outubro de 1938, o Comissariado de Mato Grosso, para aumentar a autonomia dos franciscanos. Marin relata bem esse avanço estratégico dos franciscanos:

> na década de 1940, os Franciscanos administravam, na arquidiocese de Cuiabá, quatro paróquias, das oito existentes; na diocese de Corumbá cuidavam de sete das quinze paróquias criadas. A partir de 1941, os Franciscanos assumiram com exclusividade a prelazia da Chapada dos Guimarães, onde não havia em todo o território, que era de 142.000Km², um único edifício religioso. Na década de 1950 o número de missionários era de 28 freis e 10 irmãos, todos de nacionalidade alemã. Posteriormente, outros Franciscanos e Irmãos freis imigraram (Marin, 2011, p. 335).

Borba (2019) explica que, com a criação da Colônia Agrícola Federal e Municipal de Dourados, o trabalho paroquial cresceu. Na década de 1940, as pastorais em Dourados se desenvolveram, pois os frades, além de disseminar a religiosidade, propagavam a importância da educação e faziam trabalhos sociais, empenhando-se em uma concepção de fraternidade, com interesse de construir igrejas e escolas e trabalhar oferecendo assistência às famílias. Ao comissariado franciscano eram enviados pedidos para que as Irmãs da Caridade pudessem vir para Dourados exercer o trabalho de catequizar as crianças e até mesmo as famílias nas escolas, além de auxiliar no cuidado com os doentes e para também ajudar a lidar com protestantes, espíritas e estimular vocações. A ideia em Dourados era trazer para a cristianização índios, sertanejos e estrangeiros residentes no município. Dessa forma, os franciscanos viam na escola primária um viés que levaria a tais ações (Borba, 2019).

Ainda segundo Borba (2019), com o desenvolvimento da CAND, no ano de 1943, os franciscanos se deslocavam para exercer seus trabalhos de pastorais também nas novas paróquias, como no município de Itaporã, Vila São Pedro, Douradina e Fátima do Sul. Esses padres faziam visitas a tais colônias, na atual microrregião de Dourados, e desenvolviam o catecismo nas escolas. Com a expansão da região Sul de Mato Grosso, a Igreja Católica buscava obter o domínio do território; com isso, aflorava a necessidade de aumentar a quantidade de religiosos para que disseminasse o catolicismo. No sentido de semear a religiosidade, os missionários alemães também se depararam com a dificuldade de comunicação em relação à língua falada, ao clima e às diferenças culturais. Segundo Amaral (2005), a população concentrada no Sul de Mato Grosso possuía uma cultura plural com seus costumes e crenças, devido à grande quantidade de

migrantes que transitava pela região, além das pessoas advindas do Paraguai, pois era uma região fronteiriça, conforme afirma a autora: "os valores socioculturais heterogêneos formaram uma identidade local que desafiava as tentativas do clero em discipliná-las. As diversas manifestações e os múltiplos significados da religião tornaram-se um empecilho às tentativas padronizadoras do clero católico" (Amaral, 2005, p. 22).

No intuito de disseminar a fé católica e desenvolver, na população mato-grossense, práticas religiosas, ali desconhecidas, os franciscanos precisavam se esforçar, pois, como explica Marin (2012, p. 113), "em Dourados, por várias décadas, a maior autoridade religiosa era constituída pelos pajés, aos quais muitos católicos recorriam, gerando um trânsito entre o cristianismo e as culturas indígenas". O autor ainda complementa afirmando que a grande maioria da população desconhecia os fundamentos da Igreja Católica e as orações ordinárias. Localmente, o poder da natureza tinha o mesmo efeito do poder dos santos católicos. Na visão dos missionários franciscanos, o estado do Mato Grosso apresentava, portanto, uma religiosidade atrasada e decadente.

Ademais, Paes (2015) salienta que, além da Igreja Católica, na região de Dourados, havia também presença de religiosos evangélicos cuja finalidade inicial era evangelizar os índios: "o estabelecimento do protestantismo missionário em Dourados, MT, teve a pretensão inicial de visar unicamente à catequese indígena, entretanto, as necessidades dos não indígenas proporcionaram as visitações e os cultos esporádicos na cidade e na região" (Paes, 2015, p. 24). Dessa forma, o autor contribui explicando como esses religiosos se relacionavam com as pessoas no intuito de disseminar o protestantismo na região:

> O domingo era valorizado, principalmente por ser um dia especial aos metodistas, no qual executavam estudos bíblicos para os índios adultos, escolas dominicais para as crianças indígenas e cultos para todos os índios e não índios. A escola da Missão estabelecia a todos uma unidade entre as celebrações cívicas nacionais, educação escolar, assistência médica e ensinamentos bíblicos (Paes, 2015, p. 120).

O autor complementa que os religiosos fundaram um templo evangélico no ano de 1936, também a Escola Evangélica denominada Erasmo Braga, primeira escola confessional, de natureza particular, com ligação à Igreja Presbiteriana do Brasil e que até os dias de hoje se encontra em atividade na cidade de Dourados. Inaugurada no ano de 1939, a Escola Erasmo Braga representou a consolidação do protestantismo na região. Também foi criado o Hospital Evangélico da Missão no ano de 1946 (Paes, 2015). Os evangélicos que desejavam atender, catequizar e escolarizar unicamente os índios acabaram atendendo também ao público não índio. A chegada dos vários migrantes colaborou com o aumento da abrangência do protestantismo e a expansão dos templos, assim tais religiosos buscaram alcançar cada vez mais a população para evangelizá-la (Paes, 2015).

Mesmo diante de tantas adversidades, os franciscanos assumiram o compromisso de propagar os ideais do catolicismo, com a missão de difundir a fé e buscar meios para que a Igreja Católica conquistasse espaço de liderança e exclusividade em todos os lugares do estado de Mato Grosso, apesar das distâncias, sendo povoado por poucas pessoas (Marin, 2011). Segundo Amaro (2018), o Bispo de Corumbá, Dom Orlando Chaves, no ano de 1954, solicitou que viessem para a Paróquia de Dourados Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, de Santa Maria-RS, para colaborar com a catequese, com a educação escolar e administrar uma escola já existente. A intenção era combater o protestantismo cada vez mais crescente na região. Destarte, o cenário religioso na região era de disputa, e a Igreja Católica agia para impedir o crescimento de protestantes na localidade.

No ano de 1955, Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã chegaram a Dourados no avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Já no ano de 1958, na cidade de Itaporã, foi construído um novo convento, dando-se início ao atendimento educacional urbano. Essas irmãs administraram a educação por quatorze anos no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, localizado na sede do município (Amaro, 2018). No tópico seguinte discutem-se as especificidades da Escola de São Francisco, criada na zona rural de Itaporã, mediante a presença estratégica dos

franciscanos, o que complementa esse cenário de avanços e disputas do catolicismo na região na década de 1950.

Franciscanos em Itaporã e a criação da Escola de São Francisco

Desde quando a Colônia São José da Boa Esperança teve início, em 1946, a qual se tornou, como visto, Itaporã, os padres franciscanos da paróquia de Dourados lá se fizeram presentes, prestando assistência religiosa ao povoado. Segundo Freire *et al* (2006), no ano de 1950, os padres franciscanos receberam na Colônia Municipal um lote de 40 hectares de terra. O local também ficou conhecido pelo nome de Lote dos Padres. Essa doação tinha como propósito contribuir com toda a missão franciscana de Mato Grosso, através do plantio de café.

Os autores ainda complementam que, de início, foram plantados 32.000 (trinta e dois mil) pés de café, tendo como administrador da Chácara São Francisco o Sr. Olegário Martins. Assim, os padres ficaram com a missão de evangelizar os moradores da região e vizinhança. No ano de 1954, os padres construíram uma capela de madeira, que passou a se chamar Capela São Francisco das Chagas, fundada pelo frei Antonino Schwenger, no Bairro São Francisco, Lote dos Padres, no dia 17 de setembro de 1954. A Igreja era de madeira e foi construída "[...] pelo senhor Paulo Nishimura, auxiliado pela comunidade local" (Freire *et al*, 2006, p. 133).

Freire *et al* (2006) contam que as geadas na região eram intensas, o que acarretava a perda de plantações, mas, no ano de 1955, a geada foi ainda mais forte, tendo gerado perdas significativas, destruindo os pés de café já formados. Com isso, o administrador das terras, o Sr. Olegário, não teve mais ânimo para o plantio e cuidado com a lavoura; então, abandonou totalmente o cafezal. Devido a essa atitude de abandono e descuido, quando o contrato do lote venceu, não foi mais renovado. O seu sucessor, que tentou continuar com as plantações, também não obteve êxito. No ano de 1958, o local recebeu a visita do padre provincial frei Deochar Gredig, e o lote foi denominado como Chácara São Francisco. Os padres passaram a administrá-la diretamente, como explicam os autores:

> Assumiu então a sua administração o Padre Frei Liberato Ketterer, auxiliado pelos irmãos Frei Inácio Niehbur e Frei Nicolau Hakala, este último, recém-chegado da Alemanha. Construiu-se uma residência de madeira para os freis. Em 8 de março de 1959, Frei Antonino Schwenger, delegado para o caso, procedeu a bênção solene da nova casa religiosa da Ordem Franciscana, filial do Convento de Campo Grande. Frei Liberato resolveu plantar arroz, feijão, milho, etc., para garantir o fornecimento para o Seminário em Rio Brilhante que então começou a funcionar. Aliás, foi essa a finalidade que se deu para a conservação e mesmo o aumento da Chácara de São Francisco (Freire *et al*, 2006, p. 133).

Os padres franciscanos, além do compromisso com o trabalho de evangelização, também começaram a plantar e a cuidar das terras doadas. O frei Liberato era especialista em assuntos sobre agricultura e foi o pioneiro na região de Dourados no plantio de trigo e de soja, auxiliando também as pessoas da Colônia Municipal nos plantios das lavouras, além de realizar a "cura das almas" (Freire *et al*, 2006). O frei Eucário Schmitt, na época diretor do Seminário de Rio Brilhante, estava muito satisfeito com as produções da Chácara São Francisco e o fornecimento pontual e abundante dos mantimentos para o seminário.

Na década de 1950, o plantio de café predominava na região de Itaporã, porém, devido às fortes geadas nos anos posteriores, muitos agricultores perderam seus investimentos e alguns deles resolveram lotear suas terras. Essa decisão atraiu ainda mais colonos de outros estados e até mesmo estrangeiros para a localidade. Portanto, começou a aumentar o número de pessoas que chegavam para morar no campo em busca de lotes baratos (Rodelini, 2015).

Knob (1988) ressalta que a Chácara de São Francisco se tornou uma casa filial da residência fixada pertencente ao Comissariado, primeiro de Campo Grande, e, a partir do ano de 1970, de Dourados. O autor relata sobre o propósito da Chácara São Francisco e as principais construções feitas pelos franciscanos na localidade até 1970: "foi organizada [a chácara] para garantir o

sustento do Seminário Franciscano em Rio Brilhante. Constava de uma área de 120 ha[11] de terra boa. Aí foram construídos: a capela de S. Francisco das Chagas, residência dos Franciscanos, *escola rural*, olaria e diversas casas para os agregados" (Knob, 1988, p. 103, grifo nosso).

Como a administração religiosa da Chácara de São Francisco estava sob a responsabilidade dos padres franciscanos, que já tinham como missão evangelizar a população com o catolicismo, a educação poderia ser uma estratégia a mais para a disseminação da fé católica. Em mensagem escrita aos confrades, frei Eucário Schmitt, superior responsável pela missão em Mato Grosso, demonstrava a intenção de criar escolas para conversão com base na religiosidade. Na mensagem, ele explica que era mais fácil influenciar pela escola, pois segundo sugere, saber ler e escrever facilitaria no catecismo. Knob assim descreve a mensagem do frade franciscano:

> Não há que se duvidar: precisamos de escolas que estejam sob nossa influência. Elas são uma condição prévia para uma atividade frutuosa. Por isso vamos fundar em todos os lugares um colégio, uma escola paroquial de ensino primário, de 5 anos, para meninos e meninas, com internato para meninas. Essa escola será inteiramente confiada às irmãs, nós mesmos não teremos nada a ver com ela [...] não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário (Knob, 1988, p. 73).

Na localidade do Bairro São Francisco, Lote dos Padres, não havia escola e os moradores não tinham como levar e buscar os filhos e agregados para estudarem na sede do município, visto a dificuldade de locomoção e o tempo que os pais não disponibilizavam, pois estavam se dedicando ao trabalho na terra. Dessa forma, os moradores cujos filhos estavam em idade escolar sentiam a necessidade de um ensino primário para as crianças, e o anseio pela escola aumentava de acordo com o número de famílias de colonos que chegavam à região. Como relata o Sr. Sebastião Rebeque, que chegou à região no dia 05 de agosto de 1951 com sua família, migrante do estado de São Paulo, "naquele tempo as crianças não estudavam" (Rebeque, 2022, n.p.).

Segundo Monteiro (2011), nessa época, meados de 1950, os debates políticos sobre a educação popular se tornaram um tema bastante interessante para os governantes. O ensino se tornou um projeto para a modernização da cidade e do homem. A escola primária era enaltecida, sendo-lhe atribuída a prosperidade da sociedade brasileira em geral; porém, apesar desse discurso a favor da educação, os problemas com falta de escolas primárias nas zonas rurais permanecia, não atendendo às demandas nos locais de colonização. Fato que também era presente no Bairro São Francisco, Lote dos Padres.

Os franciscanos presenciavam a necessidade e a carência da educação na região; então, se empenharam para atender as necessidades de ensino, para que as crianças da comunidade tivessem a oportunidade de estudar. Para a consolidação do projeto de ensino primário almejado pelos missionários, o frei Antonino decidiu ceder, ali mesmo na capela, um espaço para que acontecessem as primeiras aulas, conforme relata Rebeque (2022): "O Frei Antonino cedeu lá [...] uma casinha velha de tábua e pagava uma professora que era de Piraporã, Iracema do..., professora Iracema do Joel Saburá. Ela começou a lecionar lá. Só que era pago pelo padre". Os frades também se responsabilizaram pela contratação dos professores, o que não era uma missão fácil, conforme relata Rodelini (2015), pois, na época, praticamente não se encontravam professores com formação apta para a docência. O comum era presenciar professores leigos ministrando aulas, de maneira que a maioria desses professores possuía apenas o ensino primário.

Assim, ali mesmo, na Igreja, ocorreram as primeiras aulas para os filhos dos colonos sob a administração dos padres. Não demorou muito para que nos arredores da região se espalhasse a notícia de haver aulas no Lote dos Padres, Bairro São Francisco, o que colaborou para o crescimento do quantitativo de alunos. Grande parte dos indivíduos ainda tinha pensamentos voltados aos discursos políticos da época do Estado Novo (1937-1945). Os governantes anunciavam que a educação seria a transformação do país, nesta depositando a solução para os

[11] Segundo o entrevistado, Sr. Sebastião Rebeque, a princípio o "Lote dos Padres" era só de 40 hectares, mas depois os franciscanos foram adquirindo mais terras; por isso 120 hectares.

diversos problemas nacionais. Isso forjava nas pessoas um sentimento de nacionalismo. Assim, além de desejar a aprendizagem de leitura e escrita, os colonos viam na escola um lugar de disciplina, com um ensino civilizatório, para a formação de cidadãos, um espaço de progresso (Henn; Nunes, 2013).

À vista disso, a Escola de São Francisco, sendo criada e se apresentando sob a administração dos padres, contribuiu para a procura de matrícula para as crianças, já que os missionários franciscanos eram pessoas de representatividade, tidos como indivíduos preparados intelectualmente; e os colonos, pais das crianças, demonstravam respeito e confiança nos religiosos. Esses fatores impulsionaram os moradores a levarem seus filhos para aprender a ler e escrever. "A presença dos missionários é um fato de autoridade, portanto de poder" (Marin, 2011, p. 339).

O Sr. Sebastião Rebeque lembra que os frades franciscanos se responsabilizavam por contratar os professores e administravam a escola; porém, apesar de toda essa organização por parte dos religiosos, eles também contavam com o apoio do Governo do estado de Mato Grosso para esse fim, visto que, no dia 25 de abril do ano de 1955, foi publicado em Diário Oficial, e assinado pelo governador, Fernando Corrêa da Costa, o Decreto nº 2.081, referente à criação da escola rural mista,[12] de instrução primária, no Lote de São Francisco. Já no ano de 1956, foi publicado em Diário Oficial o Decreto Legislativo nº 97, de 30 de outubro de 1956, autorizando o Poder Executivo a conceber um auxílio à Escola de São Francisco no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). O decreto entrou em vigor no ano de 1957. Abaixo, a Figura 1 explicita a capela onde ocorreram as primeiras aulas na Escola de São Francisco, no Bairro São Francisco (Lote dos Padres), dando-se início ao ciclo de vida da instituição escolar em foco.

Figura 1. *Capela onde ocorreram as primeiras aulas da Escola de São Francisco, no ano de 1955*
Fonte: Freire et al (2006, p. 132).

Na Figura 1, é possível ver que a Igreja era pequena e, por esse motivo, chamada de capela. A construção era feita toda em madeira, material que, na época, era fácil de ser explorado, porquanto se encontrava em abundância na localidade, por ser uma região de matas. A capela possuía até uma torre, além de cruzes simbolizando o cristianismo. Essa construção, na época, foi responsável por dois fatos marcantes da história daquela comunidade: a presença institucionalizada do catolicismo e a criação da Escola de São Francisco.

[12] Escola Mista era um modelo organizacional de educação, onde alunos de ambos os sexos ocupavam os mesmos espaços, o que não significa que não havia diferença entre os gêneros no percurso escolar (Carra, 2019). Os decretos foram recebidos por e-mail do Arquivo Público de Mato Grosso. Religiosos franciscanos. Mensagem recebida de: arquivopublico@seplag.mt.gov.br. Recebido em 01 nov. 2022.

Sendo a capela um espaço cedido para acontecerem as primeiras aulas, fica patente que o ensino rural, na década de 1950, pelo menos na região visada, acontecia, geralmente, em lugares cedidos ou até mesmo improvisados, mas isso não foi um empecilho para que as crianças da comunidade iniciassem seus estudos. A capela e a contribuição dos franciscanos foram o ponto de partida para o desenvolvimento da educação nessa localidade. Assim, os missionários assumiram a administração da escola em lugar improvisado e contrataram professores para o ensino.

No dia 7 de junho de 1956, foi emitido documento atestando o funcionamento da Escola de São Francisco. A emissão foi realizada pela Coletoria Estadual de Itaporã (Mato Grosso, 1956) e, no dia 06 de julho do mesmo ano, pela Prefeitura Municipal de Itaporã, ocorreu a oficialização da existência da escola do Bairro São Francisco, de seu funcionamento, além de validação as aulas nela realizadas (Itaporã, 1956). Constam nesses documentos13 que a Escola de São Francisco se situava na zona do Sardinha, no município de Itaporã, e que esteve em funcionamento desde o ano letivo de 1955, na Capela de São Francisco, cedida pelos padres franciscanos de Itaporã. A escola foi descrita como sociedade civil e dirigida pelo frei Antonino Schwenger da Ordem dos Frades Menores, vigário e superior dos padres franciscanos de Itaporã. Nos documentos, destaca-se que a escola tinha como finalidade o ensino às crianças daquela zona rural.

Além disso, é possível verificar, nos escritos, que a escola contava com 32 (trinta e duas) crianças em frequência contínua e que a professora era paga pelo Governo do Estado de Mato Grosso (Itaporã, 1956; Mato Grosso, 1956). É valido ressaltar o que Almeida e Pinto (2018, p. 426) explicam: "[...] devido à descentralização do ensino, desde 1934, tanto o ensino primário como o secundário, eram de responsabilidade dos Estados da Federação". Em relação à conservação dos móveis e manutenção do prédio e utensílios escolares, a escola contava com arrecadações de prendas, que eram doadas por pessoas da região e, posteriormente, eram realizados leilões nas quermesses da Igreja. O diretor, frei Antonino, não recebia salário para administrar a escola (Itaporã, 1956; Mato Grosso, 1956).

Com a notícia do início das aulas se espalhando, os colonos buscaram matricular seus filhos. O número de estudantes crescia cada vez mais. Por isso, percebeu-se a necessidade de construir uma escola para atender todos os interessados no ensino primário, visto que a capela estava pequena para a quantidade de alunos. Os franciscanos reivindicaram ao governo do estado que colaborasse para o progresso da escola na região. Desse modo, com a ajuda dos padres e da comunidade, além do auxílio do governo estadual, foi construída uma pequena escola rural de madeira (Rebeque, 2022). A escola era composta por apenas duas salas e localizava-se ao lado da casa dos padres franciscanos, conforme Rebeque apontou:

> Ele [se referindo aos padres] conseguiu um pedaço de verba da Alemanha e uma, eu não me lembro, do deputado aquela vez quem era. O meu irmão era pedreiro, carpinteiro; eu era criança e ajudava de servente. Com aquela verba que ele construiu aquele colégio que era o tipo dum L. Aí aumentou os professores (Rebeque, 2022, n.p.).

Um novo prédio da instituição foi construído para atender os alunos da comunidade e até aqueles da redondeza buscavam vagas para estudar na escola rural mista do Bairro São Francisco. Como explicitado, a região apresentava necessidade de escolarização para aqueles moradores, posto que muitos pais eram analfabetos e sequer teriam, por exemplo, condições de ensinar seus filhos em casa.

Considerações finais

O anseio pela compreensão da trajetória da Escola de São Francisco possibilitou entender e caracterizar, neste texto, o processo de criação dessa instituição escolar, relacionando-a às

[13] Esses documentos foram preservados e gentilmente emprestados para a pesquisa pela senhora Marlene Barbosa Sampaio, ex-professora e ex-diretora da instituição pesquisada. Ela aí atuou como professora por volta de 1968 a 1978, foi secretária da escola em seguida e, por fim, atuou como diretora no período de 1983 a 1993.

contingências histórico-geográficas nacionais e regionais do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, bem como a aspectos transnacionais, como a diáspora dos franciscanos. Assim, foi possível perceber as motivações para o desenvolvimento da escola desde sua criação, como instituição gerida por religiosos franciscanos, localizada no interior do Brasil, em área rural ocupada pelos colonos migrantes e imigrantes em busca de melhoria de vida. Pôde-se entender que a chegada dos frades franciscanos na região impulsionou o desenvolvimento da educação, pois a comunidade rural demandava escolarização.

Nesse sentido, a junção entre comunidade e religiosos permitiu que ocorressem as primeiras aulas, mesmo frente a muitas dificuldades, como falta de espaço físico para acontecer as aulas, necessidade de materiais pedagógicos e a carência de professores. Portanto, pode-se entender que os padres franciscanos tiveram uma relação direta com o início do ensino primário rural na região e que também intervieram na ação pedagógica, buscando fundamentar a instituição escolar, ao menos em seus primeiros anos de existência, de acordo com os princípios e doutrinas da Igreja Católica. A continuidade dessa história será, ainda, apresentada em estudos posteriores, esperando que este artigo já tenha contribuído, de algum modo, para a preservação e divulgação do patrimônio, da memória e da história da Escola de São Francisco. Ademais, fica a demonstração de como a gênese de uma instituição escolar, em sua singularidade, pode ser resultante de complexas inter-relações, mediações e nexos, os quais carecem de ser escrutinados em sua tessitura histórica.

Referências

ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de; PINTO, Neuza Bertoni. Percursos Históricos da Escola Primária em Mato Grosso. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, Londrina, v. 19, n.4, p. 422-432, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208288/Percursos%20Hist%c3%b3ricos%20da%20Escola%20Prim%c3%a1ria%20em%20Mato%20Grosso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jul. 2025.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: A Igreja Católica na Região de Dourados (1943-1971).* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS, 2005.

AMARO, Eliane Maria. *Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975).* Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história.* Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, campus de Dourados, 2002.

BORBA, Marcel dos Santos. *Entre leigos e franciscanos: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979).* Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2019.

BRASIL. *Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.* Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília: DF, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943.* Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz. *História, Fatos e Coisas Douradenses*. Dourados-MS: 1995.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: colonização e povoamento: 1946-1956*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a Democratização da Terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2008.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 548-570, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-15>. Acesso em: 03 jul. 2025.

FREIRE, Azarias; FREIRE, Maria José; MENANI, Nilza; WAIDEMAN, Alais. *Paróquia São José de Itaporã: seu povo, sua história*. Dourados-MS: Editora Dinâmica, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/254>. Acesso em: 03 jul. 2025.

ITAPORÃ. *Atestado*. Prefeitura Municipal de Itaporã, 6 de julho de 1956.

JANCZESKI, Vanessa Zanquini. *Escola "Francisco De Assis" (1955-1983): nexos entre ocupação populacional, religião e educação em Itaporã-MT/MS*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2023.

KERN, Nathália Lunardi. *Sistema trágico coercitivo de Aristóteles e Nazismo: a construção da tragédia nazista*. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2012.

KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso*. Campo Grande-MS: Ed. Loyola, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Municípios e História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611>. Acesso em: 03 jul. 2025.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARIN, Jérri Roberto. Diáspora e identidades: as experiências missionárias dos franciscanos alemães em mato grosso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano v. 5, n. 13, p. 205-234, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30259>. Acesso em: 03 jul. 2025.

MARIN, Jérri Roberto. Os Franciscanos Alemães em Mato Grosso: Vivências e Identidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., *Anais* [...]. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011. p. 334-344. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/115.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

MATO GROSSO. *Atestado*. Itaporã: Coletoria Estadual de Itaporã, 7 de junho de 1956.

MOREIRA, Danilo Leite. Dos Espaços 'vazios' ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. *Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras*, Nova Andradina, v. 3, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/novaandradina/exibe_edicao.php?id_edicao=152#>. Acesso em: 03 jul. 2025.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND: (1943 -1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. Dourados: EdUFGD, 2014.

OLIVEIRA, Dionnes Soares de. *Diagnóstico Ambiental da Sub-Bacia Hidrográfica do Córrego Sardinha no Município de Itaporã/MS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2017.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Núcleo de Documentação Histórica "Honório de Souza Carneiro": construção do guia do acervo. In: Semana de História, 10., 2007. *Anais* [...].Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007.

ORDEM dos Frades Menores. S.d, *on-line*. Disponível em: <https://www.ofmsantoantonio.org/p/institucional/ordem-dos-frades-menores>. Acesso em: 03 jul. 2025.

PAES, Fernando Luís Oliveira Athayde. *Educar Mentes e Salvar Almas: ação missionária protestante na escolarização de indígenas no Sul de Mato Grosso (1928-1950)*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2015.

PEREIRA, Aline Cerutti. *Representações Franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 103-125. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/povos_indigenas_em_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

REBEQUE, Sebastião. *Entrevista* [11 mai. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Zanquini Janczeski. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [40min.].

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. *Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã – MT. Uma Contribuição para a História das Instituições Educativas (1953-1974).*

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2015.

RODELINI, Claudiani; FURTADO, Alessandra Cristina. Missão Franciscana em Itaporã-MT (1958-1972): Educação Primária e Religiosidade. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 29., 2021. Cuiabá. *Anais* [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 1-14. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20319>. Acesso em: 03 jul. 2025.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. A marcha para oeste e a fronteira sul de Mato Grosso (1937-1945). *Revista Ars Histórica*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 55-74, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45393>. Acesso em: 03 jul. 2025.

VALDEZ, Fanny Silva. *Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994).* Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.